



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000918-45.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar**  
 Requerente: **MARILYN BORGES D SILVA BATISTA**  
 Requerido: **ADRIANA DELL AIA COELHO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

**Dispensado o relatório. Decido.**

Prejudicado o pedido de obrigação de fazer, ante o cumprimento, pelos réus, da tutela de urgência, conforme fls. 114.

Remanescem para exame os pedidos de indenização.

Segundo se verifica nos autos, em 01.2016 a autora adquiriu o veículo, entretanto os réus, apesar de preencherem e assinarem o recibo de transferência já em 03.2016, conforme fls. 114, retiveram o referido documento, somente entregando-o ao procurador da autora em razão da tutela antecipada concedida nestes autos, mais de um ano após a alienação, em 02.2017 conforme fls. 112.

Com a devida vênia aos réus, não deve ser admitido o argumento por eles apresentado de que não reconhecem a compra feita pela autora, em razão de que o garagemista não havia efetuado o pagamento a eles, réus.

Isto porque o preenchimento e assinatura do recibo de transferência em 03.2016 é indicativo claro de que os réus, ali, naquela ocasião, tinham conhecimento e anuíam à



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

transferência do automóvel à autora.

A posterior retenção do documento é que foi indevida, não consistindo o imbróglio entre réus e o garagista em justificativa válida para tanto.

Trata-se de ato que atrai a responsabilidade pelos danos suportados pela autora.

A autora alega a existência de danos materiais e morais.

Quanto aos danos materiais, com a devida vênia à autora, deveria ela ter apresentado a prova das despesas que teria tido com a imposição de multas, o que, porém, deixou de fazer.

Na inicial não trouxe documento de multa alguma. Em réplica, menciona uma "multa que se junta" (fls. 157), mas não juntou qualquer documento; e menciona ainda uma multa administrativa pelo desrespeito do prazo de 30 dias para a transferência da propriedade que, porém, foi apenas cogitada, mas não comprovada.

Não se indeniza dano hipotético, pelo simples fato de, em tese, a autora estar exposta à possibilidade de ser autuada e notificada para o recolhimento de multas decorrentes do atraso dos réus na entrega da documentação.

Quanto ao dano moral, é este entendido como o dano extrapatrimonial, isto é, a lesão a interesse não diretamente suscetível de avaliação econômica (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359).

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial.

O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

dor física – dor-sensação, como a denomina Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A distinção entre a simples lesão ao direito não patrimonial e o dano moral como efeito accidental e não necessário daquela é importantíssima. Explica, em realidade, porque o aborrecimento ou desconforto - ainda que tenha havido alguma lesão a direito da personalidade - não caracteriza dano moral caso não se identifique, segundo parâmetros de razoabilidade e considerado o homem médio, dor física ou dor moral.

O critério é seguido pela jurisprudência, segundo a qual somente configura dano moral “aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige” (STJ, REsp 215.666/RJ, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, j. 21/06/2001).

No presente caso, houve efetivo abalo psíquico à autora, porque a retenção durou mais de um ano e, não fosse a propositura da presente demanda com a concessão da tutela antecipada, certamente duraria mais, porque os réus estavam aguardando a solução de seu litígio com o garagista para entregar o recibo à autora. A autora, no mais, para ver cumprida obrigação singela pelos réus, teve de demandar judicialmente. Há efetivo transtorno, desbordando do singelo aborrecimento ou dissabor.

A indenização, porém, deve ser fixada em patamar muito inferior ao postulado pela autora. A um, porque ao contrário do afirmado pela autora, não se comprovou outro abalo moral se não o acima indicado. Sequer o lançamento de multas indevidas ou pontuações na CNH da autora – guardando nexos causal com o atraso dos réus - foi comprovado. Note-se que a apreensão de fls. 14 se deu em razão do não licenciamento do automóvel e a autora poderia tê-lo obtido, ainda que antes de transferido para o seu nome. A dois, porque a culpabilidade dos réus não é expressiva, antes a situação que vivenciaram junto ao garagista, bem comprovada nos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

autos.

Nesse sentido, será fixada indenização de R\$ 1.000,00.

Ante o exposto, prejudicada em parte a ação, julgo-na no mais parcialmente procedente para condenar os réus Adriana Dell'Aia Coelho e Sérgio Dell'Aia Coelho a pagarem à autora Marilyn Borges da Silva Batista a quantia de R\$ 1.000,00, com atualização monetária desde a presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 25 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**